

conste) que não pode ser rasurado da nossa memória coletiva. Mas o seu tempo passou, porque passaram as circunstâncias que deram ao neorealismo o sentido que ele quis ter. Acontece assim com toda a literatura que vive tensamente ancorada a um certo tempo histórico: quando esse tempo passa, esgota-se a pertinência da militância literária que deu vigor ao movimento e fica, nos seus próceres e nos seus epígonos, o sabor melancólico da nostalgia. É um pouco desse sabor que leio no (quase) epílogo do livro de Vítor Viçoso.

Carlos Reis

**REVER PORTUGAL. TEXTOS POLÍTICOS
E AFINS**

JORGE DE SENA

Lisboa, Guimarães Editores, 2011

475 páginas, ISBN 9789726656685

Rever Portugal. Textos políticos e afins, surge como o quinto volume das *Obras completas* de Jorge de Sena, coordenadas por Jorge Fazenda Lourenço, sendo a fixação do texto da responsabilidade conjunta de Mécia de Sousa e do referido coordenador.

Os setenta e nove textos da coletânea, dos quais vinte e três inéditos, encontram-se reunidos em seis secções que, segundo Jorge Fazenda Lourenço, autor da “Apresentação”, se regem, simultaneamente, por critérios temporais e temáticos de organização.

De 3 de maio de 1959, data do inédito “Memória sobre o futuro do Ultramar português”, que configura a primeira parte, a 27 de abril de 1978, altura da publicação do “Depoimento sobre o 25 de abril, em forma de carta breve a Artur Portela Filho”, último texto da sexta parte, decorrem vinte e sete anos de uma vasta produção seniana ordenada nos seguintes períodos: de novembro de 1959 a janeiro de 1963, o do seu exílio no Brasil e de participação no conselho de redação de periódicos como o *Portugal Democrático*, a título de exemplo; de agosto a dezembro de 1972, o da viagem realizada a África; de maio de 1974 a dezembro de 1975, o período da revolução do 25 de abril e dos textos destinados aos intelectuais e às elites políticas portuguesas da Europa; de dezembro de 1974 a junho de 1977, o intervalo que evidencia a sua preocupação relativamente à diáspora lusa, sobretudo a que teve como destino o estado da Califórnia, onde residia, e Paris, para si, a segunda maior cidade “de Portugal”; de junho de 1977 a abril de 1978, a época em que aborda algumas das principais mudanças políticas, económicas e sociais preconizadas pelo 25 de abril.

As secções mencionadas dão lugar a quatro “Apêndices” de cartas, comunicados, depoimentos, memorandos e palestras da sua lavra que confirmam o papel interventivo do autor em prol da democracia. Completada a apresentação de textos, são fornecidas ao leitor “Notas bibliográficas e informa-

tivas” para uma exata contextualização daqueles, bem como um minucioso índice remissivo.

A organização textual preconizada pelo coordenador da edição facilita a interpretação do volume e lança uma luz esclarecedora acerca do posicionamento ideológico e intelectual de Jorge de Sena. O título escolhido por Jorge Fazenda Lourenço para este número das *Obras completas, Rever Portugal*, evidencia o espírito clarividente do escritor no que respeita à análise de acontecimentos coetâneos, feita à luz de referências explícitas à História de Portugal, pelo que, para o leitor do século XXI, a obra se converte num elemento fundamental para o estudo de períodos como o do Estado Novo, da Revolução de abril e dos anos subsequentes, bem como da generalidade da produção do autor.

Engenheiro de formação, depois de uma breve passagem pela Marinha, o poeta, dramaturgo, escritor, ensaísta, crítico literário, de cinema, de arte e de teatro, anui ao convite que lhe é dirigido, em 1959, pelo Governo brasileiro e pela Universidade da Baía, a fim de participar no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, na sequência do qual assume a cátedra de Teoria da Literatura, em Assis, no Estado de S. Paulo, primeiro local do seu autoexílio. Em 1961 opta pelo ensino da Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, onde se mantém até 1965. Embora tenha residido no Brasil durante seis anos e adotado, por motivos profissionais, a nacio-

nalidade brasileira, Jorge de Sena não foi indiferente à degradação política do país de acolhimento a partir de 1964, em virtude da ditadura militar instaurada. Nesse ano muda-se para Madison, no Estado americano de Wisconsin, em cuja Universidade leciona Literatura de Língua Portuguesa. Em 1970 aceita o cargo de responsável pelo departamento de Espanhol e Português da Universidade de Santa Bárbara, na Califórnia. Aqui permanece até ao ano da sua morte, entristecido pelo facto de nenhuma instituição do seu país lhe ter formulado o convite que lhe tivesse permitido contribuir para a construção da democracia portuguesa depois do 25 de abril, o ideal por que sempre lutara. Pela qualidade da sua produção poética recebe, em 1977, o Prémio Internacional de Poesia Etna-Taormina; a sua entrega a causas cívicas valeu-lhe a condecoração com a Ordem do Infante e, a título póstumo, a Grã-Cruz da Ordem de Santiago.

Vários foram os temas, transversais à maioria das secções da coletânea, que suscitaram a atenção particular do escritor. Na “Memória sobre o Futuro do Ultramar Português”, ao refletir sobre a importância nacional e internacional do império, propõe a organização de uma Comunidade de Estados Portugueses. É um dever patriótico seu debruçar-se sobre o assunto, tendo sobretudo em conta o que se passara com os territórios ultramarinos de Inglaterra e de França, na medida em que a estrutura colonial portuguesa, tal como vigorava, constituía o princi-

pal obstáculo a qualquer afirmação da democracia no nosso país. Como intelectual que nada possuía, a não ser “o patriotismo e o amor da humanidade”, tenta prevenir o futuro de uma nação como a nossa, dispersa pelo mundo, de forma a salvar a unidade e a independência da civilização portuguesa. Preservar a soberania nacional não pressupunha o uso da força – tanto mais que a “colonização” levada a cabo por Portugal sempre fora pacífica –, mas a manutenção dos interesses coletivos dos diferentes territórios, concedendo-lhes o direito à autodeterminação e às populações a possibilidade de manterem a nacionalidade portuguesa.

A sua função, enquanto membro da oposição democrática e antissalarista, consiste em formular propostas concretas que garantam as liberdades fundamentais de todos os portugueses, independentemente da raça a que pertençam ou dos credos religiosos e políticos que professem. Por este motivo, apresenta as bases constitucionais para a organização política, económica e legislativa da referida Comunidade, propondo uma hierarquização dos órgãos de administração e sugerindo que os diferentes territórios dessem origem a Estados concretos: o de Portugal, a que ficariam adstritos os arquipélagos da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde; Guiné; Angola, com o arquipélago de S. Tomé e Príncipe; Moçambique; Índia Portuguesa; Macau e Timor. Assim, “o Portugal da Península Ibérica [...] não [seria] mais do que o centro, o polo,

o vértice de toda uma estrutura que evolui, livre mas harmonicamente.” Na origem desta inovadora proposta geoestratégica está a honra de ser português, um *topos* incontornável no seu discurso: “Não há razão para que os portugueses não sintam orgulho na sua história e no seu passado [...]. Ter sido uma potência imperial não é mais nem menos do que ter sido o que muitos outros países foram ou são [...].”

O orgulho pátrio é feito de apreço pela língua e pela cultura que lhe subjaz, ou não fosse o escritor um camonista por excelência, para quem o autor d’*Os Lusíadas* teve a mestria de transformar “Portugal numa obra de arte, acima das contingências históricas”. Camões é, para Jorge de Sena, o mais elevado expoente da alma portuguesa: “Ele, o homem universal por excelência, o português estrangeirado e esquecido na distância, o emigrante e exilado, é em *Os Lusíadas* e na sua obra inteira, tão imensa, tão grande, a medida do mais universal dos portugueses e do mais português dos homens do universo”. “Portugal, como Camões, é a vida pelo mundo em pedaços repartida.”

Perante a grandiosidade construída, durante séculos, pelo povo português, é impossível compreender e aceitar a “pequenez” de quem governava o país. *O Portugal Democrático*, periódico que deu voz ao grupo de oposição portuguesa que, à época, se fixara em São Paulo, facultou-lhe a possibilidade de pugnar, ao lado de intelectuais como Adolfo Casais Monteiro, Fernando

Correia da Silva, Fernando Lemos e Paulo de Castro, pela conquista da liberdade. Como elemento da Unidade Democrática Portuguesa e do Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, sediados no Brasil, mantém-se sempre fiel aos ideais democráticos que sabe poderem salvar Portugal do abismo para que é impelido pela política de Salazar. Guiado por princípios de liberdade e de justiça, tal como são preconizados pela Carta das Nações Unidas, o escritor, que não possuía qualquer filiação partidária, defende a tolerância relativamente a orientações ideológicas diversas, desde que o objetivo comum fosse o de combater o regime totalitário em que o país se encontrava mergulhado.

No texto da segunda secção, sarcástica e metaforicamente intitulado “Some-te, rato!”, publicado sem assinatura (como a generalidade dos textos desta época) no trigésimo número do *Portugal Democrático*, Ano III, em dezembro de 1959, Jorge de Sena enuncia a vacuidade e desvirtuação dos títulos auferidos e dos cargos desempenhados por quem era apenas a “imagem da peste política e moral” no nosso país, o chefe do governo, o inventor da “democracia orgânica”: “Tratam-te, os que te lambem e legitimam, por Sr. Presidente do Conselho. Chamam-te, os que ainda acreditam nas Universidades que degradaste, por Professor Doutor. [...] Professor de quê? Doutor em quê? Professor de desmoralização, de cepticismo, de corrupção, de cruel-

dade, de hipocrisia, de blasfémia, de infâmia? Doutor em quê? Em técnicas de Censura e de Polícia, que são toda a tua política, toda a tua filosofia, toda a tua religião? Some-te rato!”

Incisivas são ainda as palavras por meio das quais, sob o pseudónimo de Cândido Alves, se refere à fraude das eleições presidenciais de 1959 (que teriam dado a vitória a Humberto Delgado mas que, oficialmente, foram ganhas por Américo Tomás), ao ódio de Salazar pela democracia, à “surdez” de um povo que, mantido na ignorância, não questiona a arte com que os processos eleitorais são urdidos em Portugal.

Tece, de igual modo, um elogio público ao sucesso internacional da 1.^a Conferência Sul-Americana Pró-Amnistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal, que decorreria em São Paulo, sob a presidência do escritor e embaixador Álvaro Lins e com a colaboração de delegados da Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Assim, pôde o mundo ser oficialmente informado da exigência de perdão, como imperativo da consciência humana perante o cárcere imposto pelos regimes ditatoriais em Espanha e Portugal e pelas políticas de Franco e Salazar seladas pelo Pacto Ibérico: “Estejam certos os dois sócios peninsulares que não serão despedidos sem receberem os ordenados em atraso: a conta da indignidade internacional a que reduziram os seus países, a conta da degradação moral e intelectual em que os confinaram, a conta do sangue

das vítimas, do suor dos trabalhadores oprimidos, das lágrimas de milhões.”

As comemorações do “31 de Janeiro”, tanto as de 1960, promovidas pelo Centro Republicano Português de São Paulo e presididas pelo General Humberto Delgado, como as de 1963, são alvo da atenção do autor, que considera a data importante não só como precursora da República no nosso país, mas também, simbolicamente, como “elo na longa cadeia de tentativas do povo português para conquistar a sua liberdade”. Sena defende que a data, setenta e dois anos depois, mantém viva a sua atualidade, na medida em que, se, em 1891, a realidade portuguesa era a de um país em que a burguesia começava a aperceber-se da importância do império, em 1963, essa mesma classe se recusa a prescindir dos alicerces do poder que detém: o imperialismo colonial.

A viagem realizada a África é um momento ímpar na sua vida, pelo efeito catártico de que se revestiu, como bem o testemunham as crónicas que nos deixou. O relato de um percurso que se iniciou em Nova Iorque, o levou a Atenas e terminou em Angola e Moçambique, permite-lhe enunciar a ligação intrínseca da sua família a África: a avó materna, Isabel dos Anjos Alves Rodrigues Teles Grilo, foi, no sul de Angola, “a ‘Professora Régia’ que o rei D. Carlos nomeara e a República reconduziu em pitorescas circunstâncias”, mas, essencialmente, a pessoa que desde início incentivou a produção poética do

autor. Em Lourenço Marques, experienciou a alegria de voltar a estar em contacto com o meio académico português, não como aluno mas enquanto docente que partilha os seus conhecimentos com colegas e estudantes. Rui Knopfli, poeta, e António Quadros, pintor e também poeta, ambos de alma moçambicana, a par do presidente da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra de Lourenço Marques, Dr. António Almeida Santos, foram os mentores desta iniciativa, tendo solicitado o apoio do reitor da Universidade de Lourenço Marques, Prof. Doutor Fernandes de Carvalho, e dos diretores das faculdades de Medicina, de Direito e de Letras.

Dois anos após esta deslocação ocorre, em Lisboa, a Revolução do 25 de abril, liderada por generais das Forças Armadas. Jorge de Sena desenvolve, então, uma análise pormenorizada sobre o funcionamento das instituições democráticas, a organização de eleições e o recenseamento, a integração dos emigrantes, a descolonização preconizada pelo governo provisório, a responsabilidade dos intelectuais, o perigo da demagogia. Promove campanhas de esclarecimento junto de lusodescendentes na Califórnia, no sentido de os manter a par das transformações operadas em Portugal. Todavia, a desilusão não deixa de se verificar, pois o escritor reconhece que a intenção dos partidos é mais a de conquistar posições do que edificar a democracia.

Se alguma característica autoral *Rever Portugal* evidencia, de forma inequívoca,

é a de um eterno inconformismo relativamente ao *status quo* social, político e cultural vigente, fator que determina a emergência da multimoda e vastíssima obra do, raramente incontroverso, mas eminente escritor Jorge de Sena.

Maria Eduarda Borges dos Santos

**A LUZ DA INTENSIDADE. FIGURAÇÃO
E ESTESIA NA LITERATURA
CONTEMPORÂNEA. O CASO
DE JOSÉ LUÍS PEIXOTO
LUÍS CARMELO
Lisboa, Quetzal, 2012
184 páginas, ISBN 9789897220029**

A abordagem crítica de romances publicados já no século XXI implica a busca de uma metodologia capaz de dar conta das características inovadoras das narrativas ficcionais de escritores com entrada mais recente no panorama histórico da nossa literatura. De facto, se do ponto de vista da composição narrativa as ficções recentes se abrem a uma complexidade estrutural, tal torna insuficiente a abordagem simplista baseada apenas no estudo tradicional da estruturação do enredo, da representação espaço-temporal ou do estudo das personagens. Reagindo a este problema, para a sua interpretação da ficção de José Luís Peixoto, Luís Carmelo envereda por uma metodologia marcada pela redução do *corpus* a três romances relevantes (*Nenhum olhar*, *Casa na escuridão* e *Cemitério de pianos*) e por

um recorte transversal que privilegia dimensões fundamentais destas ficções apreensíveis graças à intensidade da provocante estesia diagnosticada pelo crítico como característica marcante do autor.

Luís Carmelo enuncia logo no início essas dimensões: figuração, narração, metáforas, tempo, espaço, poética do Tártaro. De entre estas dimensões, a primeira e a última são mais vagas e livres, enquanto as outras apresentam uma feição mais frequente na abordagem da narrativa, o que não quer dizer que não sejam ajustadas e relevantes para a interpretação da obra do romancista em análise; pelo contrário, tais dimensões são fulcrais para um entendimento da obra ficcional de José Luís Peixoto. Nota-se que Luís Carmelo é um crítico atento às propostas contemporâneas de compreensão estética que dão valor à experiência estética, ao sentir e às emoções – o que justifica a sua insistência na estesia e na ideia de intensidade –, sem deixar de preservar um fundo conceitual anterior que lhe vem dos estudos semióticos realizados, influenciados pela teorização de Charles Sanders Peirce e pela sua primordial divisão triádica entre imagens, metáforas e diagramas.

Assim, no primeiro capítulo, intitulado “Figuração”, Luís Carmelo analisa o modo como José Luís Peixoto trabalha o plano imagético, explicando a raiz peirciana do conceito escolhido e esclarecendo, em nota, que parte da ideia da figuração e das figuras como